

04/12/2025

APEOESP

106

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

GOVERNO TARCÍSIO/ FEDER **APROFUNDA** **OS ATAQUES** CONTRA NOSSA CATEGORIA E A ESCOLA PÚBLICA!

*Não aceitamos critérios punitivistas de classificação,
credenciamento e permanência nas escolas*

**TODAS E TODOS AO ATO PÚBLICO NA
PRAÇA DA REPÚBLICA
DIA 17 DE DEZEMBRO – 16 HORAS**

*APEOESP está atuando no judiciário em defesa
dos direitos dos professores e das professoras*

*Novas orientações serão publicadas de acordo
com o progresso de nossas ações*

Secretaria de Comunicação

O governo de Tarcísio de Freitas e Renato Feder vem desferindo neste final de ano ataques sem precedentes contra a nossa categoria e contra a escola pública.

O governo utiliza como instrumento de ataque um sistema de avaliação de desempenho que já vínhamos denunciando e que, por meio de classificações como Farol Verde, Farol Amarelo e Farol Vermelho, desqualifica parte importante da nossa categoria e ataca o emprego e direitos fundamentais desses profissionais.

É inaceitável que o governo atribua à direção das escolas e equipes de gestão poderes absolutos para decidir que professores permanecem nas escolas e quais serão dispensados, como se fossem peças descartáveis e sem valor. Todas as professoras e todos os professores da rede estadual de ensino são valorosos, competentes e comprometidos com a qualidade do ensino.

ATO PÚBLICO DIA 17 DE DEZEMBRO 16 HORAS – NA SEDUC

A APEOESP convoca toda a nossa categoria para o Ato Público em frente à SEDUC, dia 17 de dezembro, às 16 horas.

As subsedes devem organizar a mobilização nas regiões para que nossa manifestação expresse toda a indignação e a força da nossa categoria para obrigar este governo autoritário a recuar.

Neste ato, levaremos todas as denúncias e reivindicações emergenciais da nossa categoria, cobrando respostas da SEDUC para cada uma delas. Na mesma data realizaremos a reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER).

Neste mesmo dia, após o CER, será realizado o Encontro Estadual das mães atípicas, com a participação de professores e estudantes com deficiência, para que levemos as reivindicações da educação especial inclusiva à Secretaria da Educação. As subsedes devem fazer contato e convidar as famílias, os estudantes e os professores ligados ao tema.

A APEOESP realizará uma campanha de denúncias nas redes sociais e veiculará matéria paga na TV convocando o ato.

TODOS OS PROFESSORES TÊM QUE SER RESPEITADOS

A qualidade que existe nas escolas estaduais se deve à dedicação desses

Secretaria de Comunicação

professores, que são obrigados a trabalhar em péssimas condições, em escolas sem estrutura adequada, com baixos salários, sob assédio moral e lidando com o absurdo processo de plataformação, cuja obrigatoriedade terá fim como resultado da nossa luta, que levou o Ministério Público e a Defensoria Pública Estadual a ingressarem com Ação Civil Pública que o governo se comprometeu a acatar. E vamos cobrar que cumpra!

Como já detalhamos no Boletim APEOESP Informa Urgente nº 105, a Resolução SEDUC 158/2025 institui a avaliação de desempenho como mecanismo de exclusão e perseguição aos professores e professoras, com base numa política autoritária, gerencialista, privatista e punitiva, que nada tem a ver com a Educação pública de qualidade pela qual lutamos. Esta resolução, inclusive, descumpra a liminar que conquistamos na justiça, embutindo nos critérios de credenciamento, permanência e realocação de professores, dentro do item “presença em sala”, o desconto dos afastamentos que devem legalmente ser considerados como efetivo exercício.

Os critérios para a classificação dos professores para atribuição de aulas impostos pela SEDUC também descumprem outra liminar que nosso sindicato conquistou, que proíbe que os afastamentos por motivos de saúde sejam utilizados para prejudicar os professores e professoras.

NÃO VAMOS PERMITIR QUE O GOVERNO TARCÍSIO INSTITUCIONALIZE ESSES ATAQUES NA ALESP

Ciente de que comete ilegalidades, o governo de Tarcísio de Freitas enviou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 1316/2025, que altera a Lei Complementar 444/1985, o Estatuto dos Servidores Públicos e outras legislações justamente para buscar a cobertura legal para seus desmandos, no que se refere à imposição da avaliação de desempenho e os limitados cursos de formação que oferece como critérios que perpassam os mais diversos aspectos da vida profissional dos integrantes do magistério.

Não podemos permitir que isto aconteça! Em resposta à pressão da deputada Professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP, o líder do governo na ALESP comprometeu-se a levar este projeto a voto apenas na reabertura dos trabalhos legislativos em 2026. Entretanto, estaremos atentos e mobilizados para ocupar todos os espaços da ALESP a qualquer momento em que este projeto for pautado.

APEOESP ESTÁ TRABALHANDO JUNTO AO JUDICIÁRIO PARA QUE SUAS DECISÕES SEJAM CUMPRIDAS PELA SEDUC

Professoras e professores possuem todos os motivos para estarem indignados e inseguros frente a essas medidas da SEDUC. Não podemos, de fato, aceitar este autoritarismo e desrespeito, que as decisões liminares que conquistamos buscamos coibir.

Orientamos que todos e todas aguardem novas informações sobre o andamento dessas providências jurídicas, às quais ficam condicionadas novas iniciativas, entre elas a possibilidade de ações individuais.

Toda professora e todo professor que se sentir prejudicado por alguma dessas medidas da SEDUC deve protocolar recurso junto à unidade escolar e guardar consigo o protocolo, assim como eventual resposta, que são documentos fundamentais para novas providências jurídicas.

TODAS E TODOS CONTRA O FEMINICÍDIO

Lamentavelmente o machismo estrutural, a misoginia, feminicídio e violência contra as mulheres têm crescido no País, especialmente no Estado de São Paulo. Nos últimos dias, alguns casos provocaram indignação e revolta não apenas entre as mulheres, mas em todas e todos que lutam por respeito, direitos humanos e uma sociedade democrática.

Assim, convocamos toda a nossa categoria a participar do Ato contra o Femicídio que se realizará no dia 7 de dezembro, domingo, às 14, no MASP – Avenida Paulista – São Paulo.

VAMOS DERROTAR A NOVA “REORGANIZAÇÃO ESCOLAR”

As subsedes da APEOESP e nossa categoria estão atuando em todas as regiões, junto com as comunidades escolares, para impedir a divisão e eventual fechamento de unidades escolares.

Levantamento parcial feito junto a nossas subsedes mostra que em mais da metade das escolas das quais tomamos conhecimento de que foram incluídas na lista para “reorganização” conseguimos posicionamento contrário da comunidade. Em pelo menos um terço delas ainda não tomamos conhecimento da decisão da comunidade. Em menos de 10% delas houve aprovação da comunidade.

Entretanto, em alguns casos a Unidade Regional de Ensino (URE) recusa-se a acatar o resultado. Em todos esses casos, é necessário que o departamento jurídico seja acionado, com a devida documentação comprobatória dos fatos, para a competente providencia judicial.

A REFORMA ADMINISTRATIVA É INACEITÁVEL

A extrema-direita e o centrão estão unidos no Congresso Nacional em torno da PEC 38 e outras propostas que visam impor uma reforma administrativa para acabar com a estabilidade dos servidores públicos, restringir o ingresso por concurso público a algumas carreiras, facilitar as demissões, institucionalizar e ampliar terceirizações e privatizações e outros ataques.

A eventual aprovação desses projetos significará o sinal verde para a reprodução desses ataques em todos os estados e municípios. No Estado de São Paulo, Tarcísio não esconde sua intenção de promover uma reforma administrativa.

A APEOESP reafirma seu posicionamento contra esta reforma e participará de todas as mobilizações, locais e nacionais, contra este ataque.

NÃO AO FECHAMENTO DO NOTURNO

A APEOESP continua denunciando e lutando contra o fechamento das classes do ensino regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tanto, é necessário que as subsedes organizem manifestações nas UREs, junto com as comunidades, que organizem a demanda de estudantes que reivindicam vagas no noturno, que encaminhem para a sede central (presiden@apeoesp.org.br c/c para rocha@apeoesp.org.br) todas as informações detalhadas: nome da escola, URE, classes, nível de ensino, turno e número de estudantes prejudicados, se possível.